
CONSULTA 0002162-12.2011.2.00.0000

Requerente: Adelar José Drescher

Requerido: Conselho Nacional de Justiça

CONSULTA. TJRS. PROCESSO ADMINISTRATIVO. TABELIÃO QUE INDAGA SOBRE REVOGAÇÃO DE LEI ORDINÁRIA POR LEI COMPLEMENTAR DO ESTADO.

Consulta utilizada como meio de obter pronunciamento do CNJ sobre questão de interesse individual do Requerente.

Questões com nítido objetivo de ver determinada aplicação da Lei Complementar que trata do regime jurídico único dos servidores do Estado.

Consulta não conhecida. Recurso improvido.

Trata-se de recurso administrativo manejado pelo Requerente em virtude do indeferimento liminar da presente consulta, que prolatei monocraticamente.

A consulta foi formulada pelo Requerente com o objetivo de que o CNJ respondesse se a Lei Complementar 10098/94 revogou a Lei Estadual nº 5.256/66 e se é nulo o processo administrativo gerido por esta lei.

O recurso está fundamentado no suposto equívoco cometido por este Relator, na medida em que não reconheceu que o sistema “inquisitorial” utilizado pelo Tribunal estaria a prejudicar muitas pessoas, de sorte que a consulta não tem caráter individual.

Relatei e decido:

A decisão vergastada teve o seguinte teor:

Desnecessário o chamamento ao processo das pessoas elencadas pelo Requerente, bem como a abertura de edital para conhecimento de eventuais interessados.

Este mecanismo, utilizado de maneira enviesada pelo Requerente, pretende apenas dar ares de generalidade às repostas que pretende sejam dadas pelo CNJ.

O caso, entretanto, é de nítido interesse individual, prescindindo totalmente da manifestação do Conselho Nacional de

Justiça, por força do que dispõe o art. 89 do RICNJ, acentuando que a consulta será apreciada quando tratar de questão de interesse e repercussão gerais, o que não se vê neste caso.

De fato, na própria petição do Requerente, longa e tortuosa, ele descreve a situação que pessoalmente vivencia, respondendo processo administrativo.

O Tribunal informou que efetivamente o Requerente "é réu no Processo Administrativo Disciplinar nº 312/13/11, instaurado na Direção do Foro da comarca de Itaquí, pela Portaria nº 02/2011, em razão da apuração de irregularidades na prestação de contas e repasse de valores do selo digital, bem como pelo descumprimento dos deveres previstos no artigo 30, incisos I, VII, IX, X e XIV, da Lei Federal nº 8.935/94."

O que se depreende da inicial é que o Requerente pretende, por meio inadequado, obter pronunciamento do CNJ com o objetivo de macular o processo administrativo que responde.

O meio esquivo imaginado pelo Requerente, entretanto, não o aproveita.

A resposta pretendida, de qualquer maneira, não teria qualquer aplicação prática, já que o rito do processo administrativo que responde o Requerente é o da Lei Estadual nº 11.183, de 30 de junho de 1998, conforme informou o Tribunal, destacando que referida lei dispõe sobre concurso de ingresso nos serviços notarial e registral e sobre a ação disciplinar relativas a tais serviços.

Por outro lado, caso esteja respondendo a processo administrativo nulo, por qualquer razão, deve o Requerente deduzir sua pretensão em via judicial, já que não se trata de matéria com repercussão nacional ou de interesse geral.

Ao Conselho Nacional de Justiça compete atuar no controle administrativo e financeiro do Poder Judiciário, fiscalizando e corrigindo, alinhando e integrando as unidades do judiciário, garantindo a eficácia operacional por meio de medidas administrativas de caráter geral.

Em virtude da magnitude da missão do CNJ, como órgão de cúpula do Poder Judiciário, não lhe é possível também apreciar e julgar os milhões de conflitos entre servidores, serventuários e administração dos tribunais, em demandas de caráter individual, que devem ser adequadamente solucionadas no âmbito judicial.

Este é o definitivo posicionamento desta Corte, em inúmeros precedentes, o que permite a presente decisão monocrática.

Ante o exposto, **indefiro liminarmente** o presente pedido, devendo o requerente socorrer-se das vias próprias para discutir seu eventual direito.

Não vejo possibilidade de acolher o recurso, devendo a decisão monocrática ser integralmente mantida.

De fato, estou convencido de que a consulta sobre se uma lei revogou a outra, se aos servidores, como o requerente, se aplica esse ou aquele dispositivo legal, é definitivamente ancorada no seu exclusivo interesse pessoal.

Avaliemos as indagações.

Do confuso emaranhado da inicial se concluiu que a consulta envolve duas indagações:

- A Lei Complementar revogou por completo o contido na lei *Estadual* n ° 5.256/66?

- *É nulo o processo administrativo gerido exclusivamente sob égide dos artigos da lei Estadual n ° 5.256/66? Isto é, sem levar em conta a prevalência dos dispositivos da Lei Complementar n° 10.098/1994.*

Devolvo com outra pergunta: uma lei complementar revoga uma lei estadual naquilo em que regula diferentemente uma matéria? Genericamente se poderia responder afirmativamente a esta questão, mas muitas e infinitas são as variantes de um caso concreto.

Se assim não fosse, a pergunta não precisaria jamais ter sido formulada, já que uma lei complementar, de regra, revoga uma lei ordinária, segundo a comezinha regra de Direito.

A Lei Complementar nº 10.098/98, referida pelo Requerente regula o Regime Jurídico Único dos servidores públicos civis do Estado, enquanto a lei 11.183/98, cujo rito parece estar sendo seguido no processo que o Requerente responde, trata especialmente dos serviços notariais e registrais do Estado.

Como certamente sabe o requerente, como profissional do Direito que é, a lei especial prevalece sobre a lei geral naquilo em que se distinguem.

Se fosse o caso de responder às indagações do Requerente, neste sentido é que se conduziria o raciocínio, mas definitivamente não é adequado que o Conselho Nacional de Justiça responda a tais questões de interesse individual, sob pena de desprestigiar tantas outras questões de repercussão geral que aguardam solução para a melhoria do Poder Judiciário.

No caso concreto, o que o requerente pretende é resolver por via oblíqua, o processo que responde. Entretanto, se há eventual ferimento a direito seu, repita-se, o prejudicado deve buscar a solução na via jurisdicional.

Não há possibilidade de responder à consulta, apesar do esforço despendido pelo Requerente para escrever as numerosas páginas com que instruiu o presente processo.

Ante o exposto, **conheço do recurso e lhe nego provimento.**

É como voto.

Brasília, setembro de 2011.

MARCELO NOBRE
Conselheiro

Esse Documento foi Assinado Eletronicamente por MARCELO NOBRE em 18 de Outubro de 2011 às
19:07:46

O Original deste Documento pode ser consultado no site do E-CNJ. Hash:
429f80f7798c7107616f91f2e688fb15



Assinado eletronicamente por: **Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3**

29/03/2014 00:00:00

Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3

29/03/2014 00:00:00

Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3

30/03/2014 00:00:00

<https://www.cnj.jus.br:443/pjecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **166638**



11121315382300000000000165930